

1 **Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher •CEDM • 21/07/2015•**

2 Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às 8h30 em primeira convocação,
3 na Sala de reuniões do 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS,
4 sita no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº-Bairro Centro Cívico, em Curitiba-
5 PR, deu-se início a mais uma Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher –
6 CEDM, para a qual as Conselheiras foram previamente convocadas. No horário pré-determinado, a
7 Presidente deste Colegiado Conselheira Rafaela Lupion M. Cartergiane (Casa Civil), solicitou o registro
8 em ata, dos Conselheiros que já se faziam presentes neste primeiro horário. Presenças: - Viviane A.
9 Ribeiro Santos (SETI), Rosane Maciel(Suplente Casa Civil), Rafela Lupion Mello Cartergiani (Casa
10 Civil). Aguardando o limite do quórum regimental, a segunda convocação ocorreu às 9h00, com
11 auto-apresentação das Conselheiras, a saber: -Rafaela Lupion Mello Cartergiane (Casa Civil), Viviane
12 A. R. Santos (SETI), Rosane Maciel (Suplente Casa Civil), Maria Lucia Gomes (ASSEMPA), Adriana
13 Porto Seus (SEET), Rosalina Batista (ASSEMPA), técnica Maria Luísa Grein Vieira (SEDS), Elaine
14 Ferreira Galvão (Rede Feminista de Saúde), Maria Marucha Vettorazzi (FETAEP), Josiane Ferreira Liz
15 (Federação de Mulheres do Paraná), Maria Lucia M. Vasconcelos (Rede de Mulheres NegraS), Marisa
16 Lago (Secretaria de Estado da Cultura) e Camila Mafioletti Daltá (MP/PR-NUPIGE). **Apreciação da**
17 **pauta**- após a leitura, a pauta foi considerada **APROVADA**.**Registrada a chegada da Conselheira**
18 **Melissa Colbert Bello (SEED-Secretaria de Estado da Educação)**. Na sequência, ouviu-se a fala
19 da Presidente Rafaela Marchiorato Lupion Mello Cartergiane (Casa Civil), formulando um convite para
20 que as Conselheiras se reunissem em Comissões, pelo prazo de 15 minutos. Da parte da Conselheira
21 Maria Lucia Gomes (ASSEMPA) veio um aparte, informando primeiramente que não houve uma
22 convocação específica, em segundo lugar colocou que ela mesma participa de todas as Comissões,
23 portanto não poderia ser no mesmo horário, além disso é necessário que haja um plano de trabalho.
24 Esclareceu a Presidente Rafaela que essa convocação consta do e-mail já encaminhado; lembrou que
25 ocorreram alterações na composição do Colegiado, já que algumas Secretarias foram extintas. Nesse
26 momento, este encontro seria apenas para uma conversa inicial. Visando facilitar a atualização dos
27 membros e representatividade destas Comissões, a Presidente Rafela procedeu a leitura dos grupos a
28 saber: - a) Comissão Permanente de Comunicação e Mobilização: Central Única dos Trabalhadores –
29 CUT, Centro Paranaense da Cidadania – CEPAC, Ylê Axé Ópo Omim I, Nova Central Sindical do Estado
30 do Paraná – NCST, Federação de Mulheres do Paraná – FETAEP, Secretaria de Estado de Justiça,
31 Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, ASSEMPA - Associação das Entidades de Mulheres do Paraná.
32 ·b) – Comissão Permanente de Legislação e Normas: Casa Civil, Secretaria de Estado da Segurança
33 Pública – SESP, ASSEMPA - Associação das Entidades de Mulheres do Paraná, Rede Mulheres
34 Negras-PR. Comissão Permanente de Planejamento e Orçamento: ASSEMPA- Associação das
35 Entidades de Mulheres do Paraná, Grupo Dignidade, Central Única dos Trabalhadores - CUT, Espaço
36 Mulher, Casa Civil, Secretaria de Estado da Segurança Pública- SESP, Secretaria de Estado de Justiça,
37 Cidadania e Direitos Humanos - SEJU. Comissão Permanente de Trabalho e Autonomia: Centro
38 Paranaense da Cidadania - CEPAC, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação,
39 Destilação, Exploração e Produção de Petróleo, nos Estados do Paraná e Santa Catarina –
40 SINDIPETRO PR/SC, União Brasileira de Mulheres - UBM - Seção do Paraná, Secretaria de Estado do
41 Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS, Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e
42 Assunto do Mercosul do PR – SEIM, ASSEMPA- Associação das Entidades de Mulheres do Paraná,
43 Federação de Mulheres do Paraná – FETAEP. Comissão Permanente de Enfrentamento à Violência
44 Contra a Mulher: Centro Paranaense de Cidadania – CEPAC, ASSEMPA- Associação das Entidades de
45 Mulheres do Paraná, Federação de Mulheres do Paraná – FETAEP, Grupo Dignidade, Central Única dos
46 Trabalhadores - CUT, Rede Feminista de Saúde, Ylê Axé Ópo Omim, Secretaria de Estado da Saúde
47 SESA, Secretaria de Estado da Educação – SEED, Secretaria de Estado da Justiça Cidadania e
48 Direitos Humanos - SEJU, Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, Rede Mulheres Negras
49 **·Registrada a chegada da servidora Cíntia Beal Rusch (SEPL) e da representante da OAB-**
50 **Dra. Daniela Ballão Erlund, técnica Solange (SEDS), Maiara Abreu (NJA/SEDS), Conselheira**
51 **Hellen O. Carvalho (SEJU), Marli Mussulini (SEDS)**. Logo após, definiu-se que todas as
52 Comissões ao concluírem suas atividades, deverão encaminhar os seus relatórios para a Secretaria
53 Executiva. Nas futuras Assembleias, as Comissões deverão reunir-se pela manhã e a Plenária geral
54 será realizada no período da tarde. - **APROVADO**. Foi comunicado pela Conselheira Maria Lúcia



55 (ASSEMPA) que a Conferência Estadual da Saúde será realizada de 18 a 20 de agosto, sendo
56 necessário alterar a Assembleia do CEDM para não haver coincidência de datas. A Conselheira Josiane
57 Ferreira de Liz (Federação das Mulheres do Paraná) renovou a sua preocupação já colocada, com
58 relação à divulgação urgente, das orientações para as etapas municipais e regionais para a
59 Conferência. Confirmou a Conselheira Rosalina Batista (ASSEMPA), apontando que poucos Municípios
60 já tem este conhecimento, apenas aqueles que tem organizados seus Conselhos Municipais da Mulher
61 e Secretarias. Comprometida, de maneira oportuna, a Conselheira Josiane Ferreira Liz (Federação
62 das Mulheres do Paraná) alertou pela exiguidade dos prazos, sugerindo que fossem remetidos ofícios
63 para o Ministério Público, Associações de Prefeitos, cobrando posições dos Gestores, quanto às
64 Conferências. Por outro lado, utilizar os meios de Comunicação, falas na Rádio Educativa, enfim,
65 espalhar junto aos Municípios informações urgentes e concretas, já que até a presente data, apenas
66 16 Municípios tem datas agendadas para as suas Conferências. Sabe-se que a Coordenadora
67 Terezinha (SEDS) já tomou a iniciativa de replicar tais notícias para todos os Escritórios Regionais da
68 SEDS. Falando com exclusividade, a Conselheira Presidente Rafaela Lupion Mello Cartergiane (Casa
69 Civil) solicitou que se registrasse em ata, a ação já realizada pela Conselheira Maria Marucha
70 Vettorazzi (FETAEP), que repassou materiais para todos os Sindicatos. Integrante de uma
71 Coordenação de Mulheres, foi dito que as trabalhadoras rurais deverão estar inseridas nesse
72 processo. Na sua vez, a Conselheira Maria Lúcia Gomes (ASSEMPA), mencionou à Presidência, que um
73 contato fosse encetado junto à Associação de Câmaras Municipais, e Presidentes das Associações de
74 Municípios, agendando uma urgente reunião. A Comissão Organizadora da Conferência far-se-á
75 presente, quando será possível colocar todas essas situações. Pede a palavra a representante da
76 Rede de Mulheres Negras, Alaerte Leandro Martins, externando que caminha-se para a 4ª Conferência
77 Estadual e quando da realização dos dois primeiros eventos, este Colegiado ainda não era constituído.
78 As preocupações aqui manifestadas congregam questões afetas a esse Conselho: - este precisa se
79 posicionar, já que é dele o papel de monitoramento. Assim, considerou bem vinda a sugestão da
80 Conselheira Maria Lucia, da ASSEMPA, para que todos falem a mesma linguagem. Na sequência, a
81 Presidente Rafaela justificou a ausência da Coordenadora dessa Política, Conselheira Terezinha
82 Beraldo Pereira Ramos (SEDS), presente em Brasília participando de reunião com as Coordenadoras
83 da Política das Mulheres. **·Apreciação da ata referente à Assembleia do CEDM- junho/2015.** A
84 pedido da Conselheira Josiane Ferreira Liz (Federação de Mulheres do Paraná), inseriu-se uma fala
85 que não era constante do corpo da ata. A partir daí, esse documento foi considerado APROVADO por
86 todo o Colegiado; as Conselheiras ainda se posicionaram, solicitando que todas as falas de uma forma
87 geral, sejam documentadas em ata, para registro futuro. **·Informes da Secretaria Executiva, a**
88 **cargo de Alda Imthurm.** ·Recebimento do ofício 701/2015/GS da Secretaria de Segurança Pública –
89 SESP, Protocolo nº 13.630.105-5, solicitando substituição da Conselheira Suplente Dra. Daniela
90 Correa Antunes Andrade, pela Dra. Iara Laurek Dechiche. ·Recebimento do ofício 0595/GS/2015,
91 protocolo 13.671.168-7, solicitando a substituição da Conselheira Suplente da SEJU, Dra. Regina de
92 Cássia Bergamaschi Bley, pela conselheira Marta Terezinha Renno Cunha. ·Recebimento do ofício
93 304/GS da Secretaria de Planejamento - SEPL, indicando as conselheiras titulares e suplente para
94 compor o CEDM. ·Encaminhado ao Núcleo Jurídico da SEDS em 17/07/2015 o processo nº
95 13.691.772-2, de mudança de prenome da Conselheira Rafaelly Wiest da Silva, para alteração de
96 Decreto. ·Recebimento de e-mail justificando a ausência das seguintes Conselheiras:- Maria Isabel
97 Correa (UBM) e Rafaelly Wiest da Silva. **·Informes da Comissão Organizadora da IV Conferência-**
98 **Relatora-Conselheira Josiane Ferreira Liz- (Federação de Mulheres do Paraná)** Informou-se
99 que este grupo já esteve reunido com o designer Alexandre, integrante da Assessoria de
100 Comunicação da SEDS, quando foi apresentado o material gráfico da Conferência. Como das outras
101 vezes, a Conselheira Josiane salientou a sua preocupação com a necessária divulgação do evento.
102 Comunicou que desta reunião saíram sugestões para os ofícios, que deverão ser remetidos para o
103 Ministério Público e demais entidades, visando agendar possíveis reuniões com os Prefeitos. Esta
104 Comissão deixou agendada uma próxima reunião para o início de agosto, quando alguns materiais já
105 estarão prontos. A Conferência Estadual está planejada para os dia 3-4 e 5 de dezembro, no Centro
106 de Convenções. A Coordenadora da Política Terezinha Pereira Ramos está a frente desses trabalhos.
107 **·Apresentação da proposta do Regimento Interno para apreciação e consideração do CEDM-**
108 Segundo foi informado, duas reuniões já foram realizadas neste mês, objetivando a questão legal. A
109 Presidente Rafaela Lupion M. Cartergiane (Casa Civil), sugeriu que o item 7 fosse o próximo assunto a

110 ser abordado, retornando após para análise do Regimento Interno. **-APROVADO · Monitoramento do**
111 **Plano Estadual de Políticas para as mulheres – Rosane Maciel, da Casa Civil.** Foi relatado pela
112 Conselheira Rosane, que o grupo já se encontra na oitava reunião em conjunto com as Secretarias de
113 Estado, que se encontram cumprindo à risca as determinações do Plano. Um Comitê Gestor precisará
114 ser constituído e os instrumentais serão encaminhados para a efetivação de um estudo. O próximo
115 passo será aguardar todas as demandas das Secretarias, bem como dos órgãos, objetivando discutir
116 mais amiúde e trazer para este Colegiado. A representante do Ministério Público, Camila Mafioletti
117 Daltá também sugeriu ser plausível trazer esta discussão para a Comissão de Planejamento e
118 Orçamento que já existe. Reforçando, a Conselheira Melissa Colbert Bello (Secretaria de Estado da
119 Educação - SEED) externou que se fizesse esse monitoramento só sob o ponto de vista formal.
120 Verificar bem aonde estão os limites, onde se avança e onde uma Secretaria poderá “apoiar a outra,
121 fortalecendo essa união”. No seu papel a Conselheira Presidente Rafaela fez lembrar que as
122 Conferências Municipais tiveram os seus prazos ampliados para setembro. Em boa hora, a Conselheira
123 Elaine Ferreira Galvão (Rede Feminista da Saúde) alertou que o mês de julho está correndo e é
124 necessário que esteja muito claro aquilo que já está sendo executado do Plano. Um dos objetivos é
125 comprometer todos os setores públicos para as ações específicas. Interpretar como estão a LDO e
126 LOA e definir urgentemente quem faz parte dessa Comissão. **· Comissão de Planejamento e**
127 **Orçamento** Próxima reunião em 07 de agosto, na SESP Integrantes: ASSEMPA, Grupo Dignidade,
128 CUT, Espaço Mulher, Casa Civil, SESP e SEJU. Será trabalhada a questão da dotação orçamentária
129 constante do Plano, a vinculação e como direcionar a essa Política Pública. **· Análise do Regimento**
130 **Interno da 4ª Conferência-Relator : Técnico Thiago Soares (Unidade Técnica de Garantia de**
131 **Direitos/SEDS).** O documento foi colocado em tela e todos os itens foram devidamente analisados.
132 Diversas contribuições foram recebidas e efetuadas algumas alterações. Neste meio tempo, a
133 Conselheira Rosalina Batista (ASSEMPA) pontuou: -os Municípios que não realizarem suas
134 Conferências, poderão disponibilizar as vagas remanescentes para serem distribuídas a outros
135 Municípios, de acordo com a população. Pedindo um aparte, a representante da Federação de
136 Mulheres do Paraná, Conselheira Josiane Ferreira Liz citou que desde o primeiro momento, a
137 Comissão já havia vislumbrado a possibilidade desta distribuição. Afirmou que no Regulamento, não
138 existem citações sobre o possível remanejamento das vagas de Municípios que não fizeram
139 Conferências. Considerou que vagas não devem ser perdidas e sim elaborar os devidos critérios.
140 Garantiu sentir-se preocupada, com relação ao Regulamento que ainda não foi publicado. A
141 Conselheira Elaine Ferreira Galvão, representante da Rede Feminista de Saúde, reforçou a importância
142 de não se perderem essas vagas, utilizando o item populacional para uma possível redistribuição.
143 Completou a Conselheira Maria Lucia Gomes (ASSEMPA) mencionando que se o Regulamento ainda
144 não foi publicado, as vagas poderão ser redistribuídas para a Sociedade Civil, mediante critérios.
145 Solicitou à Presidência que o assunto fosse submetido à votação. A título de informação, o técnico
146 Thiago Soares (da U.T.G.D da SEDS), apontou que essa mesma questão já foi objeto de estudos no
147 Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (COEDE). Esclareceu também que as despesas com
148 deslocamentos são efetuadas com recursos do Tesouro, devendo haver um planejamento. Assim,
149 considerou plausível reaproveitar as vagas dentro da Regional, uma vez que não se pode alterar o
150 processo licitatório. **· Em apreciação - a alteração do Regimento, com inserção do artigo sobre**
151 **o remanejamento das vagas- APROVADO.** A Conselheira Maria Lucia (ASSEMPA) ainda propôs
152 que a Comissão se reúna com a área técnica, passando depois para os demais Conselheiros, sem
153 contribuições. Segundo a Conselheira Rosalina (ASSEMPA), se essa redistribuição de vagas for dentro
154 da própria região, entre os Municípios que fizeram Conferência e mediante faixa populacional, a
155 Comissão não precisará se reunir. Continuou o técnico Thiago Soares, informando que a partir daí,
156 este texto será repassado à Secretária Executiva Alda. Na sequência, as Conselheiras receberão até
157 6º feira e já na terça-feira partirá para a publicação. Houve um alerta da Dra. Danielle Vieira (Núcleo
158 Jurídico da SEDS), informando que o Governo do Estado precisará efetuar o chamamento da
159 Conferência, para depois partir para a publicação. Sendo assim, aguardam-se as retificações para
160 posterior aprovação. Na sequência, a Conselheira Elaine Ferreira Galvão (Rede Feminista da Saúde)
161 apresentou ao Conselho alguns exemplares de um livro, resultante de um projeto da UEL. Os
162 compêndios foram distribuídos para cada instituição -Título: -“Gestão de Políticas Públicas, com
163 perspectiva de gênero”. **· Marcha das Margaridas** A guiza de informação, a Conselheira Maria
164 Marucha S. Vettorazzi, representante da FETAEP, iniciou um relato da origem da Marcha das



165 Margaridas. A primeira delas ocorreu no ano de 2000 e é realizada a cada 4 anos. Trata-se de um
166 evento pelo desenvolvimento sustentável, trabalho, discussões, autonomia, trabalhando-se nos 27
167 Estados envolvendo as trabalhadoras rurais, hoje somadas às mulheres urbanas. A quinta Marcha das
168 Margaridas (11 e 12/08) vai ocorrer em Brasília, no Estádio Manoel Garrincha e uma ampla estratégia
169 está sendo desenvolvida, unindo os Sindicatos, Centrais e Organizações das Trabalhadoras Rurais.
170 Esse evento é todo planejado em homenagem à Margarida Alves, covardemente assassinada,
171 tornando-se amplamente reconhecido pelos seus valorosos objetivos: - reivindicar políticas
172 específicas, enfrentar desafios e conquistas para a vida das mulheres, com garra e ousadia. Buscar a
173 democracia, justiça, autonomia, igualdade sociais, denunciando todas as formas de violência, em
174 busca da verdadeira transformação da sociedade. Parabenizando essa luta, a Presidente Rafaela
175 agradeceu esta interessante exposição. **·Marchas das Mulheres Negras/2015. Relatora Alaerte**
176 **Leandro Martins** A marcha das Mulheres Negras/2015, contra o Racismo e a Violência, a favor do
177 Bem Viver é uma reação política e coletiva das afro-brasileiras que reconhecem seu poder e
178 capacidade de organização, de traçar novos rumos para suas vidas e de suas comunidades. Afirmam-
179 se como protagonistas políticas, donas da sua própria história e agentes ativas das resistências
180 seculares do povo negro ao racismo e ao patriarcalismo no Brasil. Essa mobilização é liderada por
181 mulheres negras, as quais são alvos crescentes das violações dos direitos humanos. A marcha
182 idealizada no ano de 2011, é uma resposta às opressões e discriminações de todas as formas contra a
183 população negra: - Saúde, segurança pública, trabalho, economia, política, educação, religiosidade,
184 habitação, comunicação, comunidades e cultura. Em 2015, as mulheres negras marcharão para
185 denunciar a contínua omissão do poder público para com a população negra, cobrando
186 posicionamentos do Estado e da sociedade. O Comitê Impulsor Nacional é responsável pela
187 organização da estrutura desse evento que ocorrerá em Brasília no dia 18 de novembro de 2015. Para
188 as futuras adesões, diversos endereços foram repassados, em especial o e-mail.
189 redemnegraspr@gmail.com **Fones:- (41) 33791124.** destacou-se que a Marcha das Mulheres
190 Negras é parceira da Marcha das Margaridas, a nível nacional. A história traz que a 1ª foi em 1995-
191 Zumbi dos Palmares, a 2ª em 2005. Nesta década ocorreram alguns avanços: - cotas sociais, o
192 Estatuto da Igualdade Social e o Plano de Educação excluindo gênero precisará avançar. Foi solicitado
193 apoio nessa divulgação sabendo que já houve expressiva adesão de Prefeitos e Sindicatos. O almejo
194 é que um grande número de mulheres esteja em Brasília nessa ocasião (18/11). Ao final, a Presidente
195 Rafaela agradeceu a relatora Alaerte Leandro Martins, parabenizando pela constante luta e augurando
196 pleno êxito, garantindo que os direitos das mulheres estejam sempre resguardados. **·Agendamento**
197 **da próxima assembleia do CEDM** Uma vez que outro evento de grande porte coincidirá com a data
198 da reunião do COLEGIADO, solicitou-se a possível mudança. Mesmo assim verificou-se que não
199 haveria quórum. Assim ficou decidido que a reunião do Conselho permanecerá na data já constante
200 do calendário: 18 de agosto/15. Nesse momento, a Conselheira Maria Lúcia Gomes (ASEMPA)
201 solicitou que se registrasse em ata seu veemente protesto, ante a incoerência do CEDM realizar a sua
202 Assembleia mensal, na mesma data na qual se terá a Conferência Estadual de Saúde. A discussão foi
203 mediada pela interferência de Alaerte Leandro Martins (Rede de Mulheres Negras). Essa afirmou
204 sentir se na obrigação de discordar, enquanto integrante da Comissão. O Conselho não poderá ficar ao
205 bel prazer das necessidades de cada uma, pois anteriormente houve a aprovação de um calendário.
206 Com todo respeito, apontou que as envolvidas nesse outro evento deveriam ter previsto essa
207 coincidência de datas. Numa ação que envolve várias participantes como é o Conselho, é impossível
208 que se abram brechas, conforme interesses individuais. Outras Conselheiras concordaram afirmando
209 que ao se participar de várias ações, é indiscutível que se deva priorizar. Já na sequência, pediu a
210 palavra a Conselheira Melissa Colbert Mello (SEED), referindo-se ao importante debate surgido devido
211 às questões de gênero, constantes do documento da Educação. Esclareceu que esta discussão
212 provocou questões falaciosas, que vão contra o trabalho que se faz, nas discussões da cultura
213 machista e homofóbica. Uma vez que trazem dificuldades para o desenvolvimento do trabalho,
214 planejou trazer para o Conselho uma apresentação de 40 minutos. Assim, propôs deixar para a
215 próxima plenária, objetivando haver mais espaço para as discussões e procurando separar o joio do
216 trigo. **-APROVADA** essa apresentação da SEED na próxima plenária. **·Palavra das Conselheiras.**
217 **·Informes – A Conselheira Rosalina Batista** comunicou ter participado de reunião da Câmara Técnica
218 com os gestores. Ocorreu a apresentação da Secretária Municipal de Guarapuava, abordando a
219 incidência de assassinatos. Uma reivindicação unânime que partiu das Secretárias presentes, foi a

220 solicitação para que as Delegacias da Mulher não fechem nos finais de semana. Para desempenhar os
221 seus objetivos, a patrulha Maria da Penha necessita de um carro e o Tribunal de Justiça
222 comprometeu-se a contribuir para essa empreitada. Finalmente, a Conselheira Rosalina Batista
223 convidou a todas para se fazerem presentes na abertura da Conferência, no próximo dia 18, na
224 Universidade Positivo. Na sequência, pediu a palavra a Conselheira Josiane Ferreira Liz, representante
225 da Federação de Mulheres do Paraná, comunicando ter tido conhecimento que a Coordenação da Casa
226 da Mulher Brasileira foi assumida pela Tenente da Reserva Luci Belão. Na verdade, essa foi uma
227 auspiciosa notícia, uma vez que é sabido tratar-se de uma mulher de fibra, uma feliz referência para o
228 Brasil. Completou a Conselheira Elaine Ferreira Galvão (Rede Feminista da Saúde), ressaltando que a
229 Tenente participou de uma capacitação e voluntariamente atuou num trabalho sobre enfrentamento
230 da Violência contra a mulher. ·Contribuindo, a Conselheira Josiane Ferreira Liz (Fed. de Mulheres do
231 Paraná), colocou que o Município Ouro Verde do Oeste, elaborou um diagnóstico social e dele constou
232 a questão da mulher, sendo pois merecedor de cumprimentos via e-mail. ·Ao final, a Conselheira
233 Melissa C. Bello (SEED) fez algumas referências ao debate da 1º versão do Plano (retirada do termo
234 gênero). As discussões continuam, com o surgimento de propostas. Nesse momento, a representante
235 da OAB, Dra. Daniela Ballão Ernlund declarou ter participado desse debate e a ideia de realizar uma
236 reunião aberta foi sua. A intenção era justamente multiplicar as falas, ampliando os multiplicadores,
237 já que o processo de compreender é deveras importante. Um próximo encontro vai ocorrer no
238 próximo dia 28, na Sala do Conselho da OAB - Comissão de Diversidade Religiosa e Direitos da
239 Família. Já a representante do Ministério Público, Camila Mafiolet Daltá (Promotoria de Justiça dos
240 Direitos Constitucionais), lembrou que no Regimento Interno do Conselho consta que a eleição das
241 Conselheiras será realizada na Assembleia da Conferência das Mulheres. Assim, sugeriu que a
242 Comissão agendasse uma próxima reunião. Foi sugerido pela Conselheira Maria Lucia (ASSEMPA), que
243 se fizesse contato com a Coordenadora Terezinha, visando planejar uma Reunião Extraordinária com
244 urgência. Nesse momento, contatos deverão ser estabelecidos com os técnicos e a Presidência. · A
245 presente Ata foi gravada e elaborada por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS) a Secretária Executiva do
246 CEDM é Aldameri Imthurm , digitada por Angel Steffani e depois de lida e aprovada será anexada à cópia da lista de
247 presenças, assinada pelas Conselheiras e disponibilizada no site da SEDS.